

EM DESTAQUE

Apelação criminal da DPMG consegue anulação de sentença do Tribunal do Júri e garante novo julgamento popular para assistido da Instituição

[PÁGINA 5](#)

Defensoria de Minas recomenda veto do Poder Executivo de Betim ao projeto de lei que proíbe a participação de crianças e adolescentes em eventos LGBTQIA+

[PÁGINA 6](#)

STF acolhe recurso da Defensoria Pública de Minas Gerais e ação coletiva que defende direitos de agentes penitenciários será julgada no mérito

[PÁGINA 8](#)

Defensoria Pública de Minas prestigia evento que marcou fechamento do Fórum Lafayette para reformas

Defensor público Marcelo Carneiro Vieira, da área de Família, foi homenageado como um dos antigos em atuação no Fórum

FOTOS: MARCELO SANT'ANNA/DPMG



Defensor-geral em exercício, Nikolas Katopodis (à direita), acompanhado pelo presidente da Amagis, juiz de Direito Luiz Carlos Rezende e Santos; pelo presidente do TJMG, desembargador José Arthur de Carvalho Pereira Filho; e pelo corregedor-geral de Justiça de Minas Gerais, desembargador Luiz Carlos de Azevedo Corrêa Junior. À direita, o defensor público Marcelo Carneiro Vieira recebe a placa de homenagem das mãos do presidente do Serjusmig, Eduardo Couto

O defensor público-geral em exercício, Nikolas Stefany Macedo Katopodis, representou a Instituição na solenidade que marcou o fechamento do Fórum Lafayette para reformas que deverão durar cerca de dois anos. Nikolas Katopodis estava acompanhado pela chefe de Gabinete, defensora pública Caroline Loureiro Goulart Teixeira.

Durante o evento, que aconteceu na quinta-feira (13/7), foram realizadas homenagens a várias personalidades que fazem parte da história do edifício, entre elas, o defensor público de Minas Gerais, Marcelo Carneiro Vieira. Apresentação da Orquestra Jovem do TJMG e um passeio ciclístico também marcaram a cerimônia.

[LEIA NA ÍNTEGRA](#)

Defensor público é reconduzido ao cargo de juiz substituto da Corte Eleitoral do TRE-MG

[PÁGINA 2](#)

I CONCURSO DA DPMG PARA SERVIDORAS E SERVIDORES

Cargos de apoio administrativo e serviços auxiliares

[CLIQUE E CONFIRA O EDITAL](#)

AINDA NESTA EDIÇÃO

- > Mundo oficial [PÁG. 2 e 3](#)
- > Em destaque [PÁG. 3, 4 e 5](#)
- > Inspirando novas atitudes [PÁGINA 4](#)
- > Deu na mídia [PÁG. 4 e 5](#)
- > Acontece na DPMG [PÁG. 5 e 6](#)
- > Publicações [PÁGINA 6](#)
- > Procedimentos e comunicados internos [PÁG. 7 e 8](#)

MUNDO OFICIAL

Defensor público é reconduzido ao cargo de juiz substituto da Corte Eleitoral do Tribunal Regional Eleitoral de Minas Gerais

Na sexta-feira (14/7), a coordenadora da Escola Superior da Defensoria Pública (Esdep-MG), defensora pública Silvana Lourenço Lobo, representou a Defensoria Pública do Estado de Minas Gerais (DPMG) na cerimônia de posse dos juízes membros substitutos da Corte Eleitoral, promovida pelo Tribunal Regional Eleitoral de Minas Ge-

rais (TRE-MG). Foram empossados como juízes substitutos Antônio Leite de Pádua, da classe juiz de Direito, e o defensor público estadual Marcos Lourenço Capanema de Almeida, da classe jurista.

A solenidade, conduzida pelo presidente do Tribunal, desembargador Octavio Augusto De Nigris Boccacini, contou com a presença da jurista Edilene Lobo, ministra substituta do TRE-MG recém-nomeada; do juiz de Direito Luiz Carlos de Rezende e Santos, presidente da Associação dos Magistrados Mineiros (Amagis) e do desembargador Ramon Tácio de Oliveira, vice-presidente e corregedor Regional Eleitoral.

Também prestigiaram a cerimônia o corregedor-geral da DPMG, defensor público Galeno Gomes Siqueira; a diretora-presidenta da Associação das Defensoras e dos Defensores Públicos de Minas Gerais (ADEP-MG), defensora pública Marolinda Dutra; e os defensores públicos Marcelo Tadeu de Oliveira e Rômulo Luis Veloso de Carvalho.

FOTOS: TRE-MG



Corregedor-geral da DPMG, Galeno Siqueira; coordenadora da Esdep, Silvana Lobo; defensor público Marcos Capanema; e o presidente do Tribunal, des. Octavio Boccacini

[Leia na íntegra](#)

Defensoria Pública participa de comemoração dos 20 anos da AGE

O defensor público-geral em exercício, Nikolas Stefany de Macedo Katopodis, participou da solenidade em comemoração aos 20 anos da Advocacia-Geral do Estado (AGE-MG). A cerimônia aconteceu no Palácio da Liberdade, na terça-feira (11/07). O evento comemorou o 20º aniversário da Emenda 56 à Constituição Mineira, que criou a AGE-MG por meio da unificação da Procuradoria-Geral do Estado e Procuradoria-Geral da Fazenda Estadual.

Ainda durante a solenidade, foi lançada a Revista Jurídica da instituição, publicação anual que reúne artigos de renomados juristas.

FOTO: MARCELO SANT'ANNA/DPMG



O defensor público-geral em exercício, Nikolas Katopodis (2ª posição, à direita), na mesa de autoridades

DPMG prestigia lançamento de obra em homenagem aos 45 anos da EJEF

A coordenadora da Escola Superior da Defensoria Pública (Esdep-MG), defensora pública Silvana Lourenço Lobo, representou a defensora pública-geral Raquel da Costa Dias, na cerimônia de lançamento do livro “EJEF: 45 anos”.

O evento foi promovido no dia 5 de julho, pelo Tribunal de Justiça de Minas Gerais (TJMG), por meio da Escola Judicial Desembargador Edésio

Fernandes (EJEF), e comemorou os 45 anos da Escola. A solenidade também agraciou servidores com a Medalha de Mérito da EJEF, como forma de reconhecimento ao serviço prestado. A cerimônia foi marcada ainda pela palestra “O sentido da vida”, proferida pelo desembargador José Fernandes Filho, ex-presidente do TJMG e integrante da Academia Mineira de Letras (AML).

FOTO: EULER JUNIOR/TJMG



Defensora pública Silvana Lobo (2ª posição, à esquerda) representou a DPG na solenidade

EM DESTAQUE

Apelação criminal da DPMG consegue anulação de sentença do Tribunal do Júri e garante novo julgamento popular para assistido da Instituição

Contrária à prova dos autos, decisão do júri que estipulava mais de 13 anos de reclusão foi anulada

A 5ª Câmara Criminal do Tribunal de Justiça de Minas Gerais (TJMG) acolheu recurso de apelação interposto pela Defensoria Pública do Estado de Minas Gerais (DPMG) e anulou decisão do Tribunal do Júri que havia condenado um assistido da Instituição a mais de 13 anos de reclusão em regime fechado.

Conforme argumentado pela DPMG, a decisão do Júri foi manifestamente contrária à prova dos autos e o Código de Processo Penal prevê, em seu artigo 593, ser cabível recurso de apelação em face da decisão do Conselho de Sentença quando sua conclusão não encontre amparo nas provas produzidas nos autos.

Com a anulação da decisão condenatória, o assistido L.B. será submetido a novo julgamento.

A defesa do assistido foi feita pelo defensor público Antônio Carlos Brugni Velloso, coordena-

dor local da DPMG em Passa Quatro/MG.

O caso – As hipóteses do homicídio, que aconteceu em 2011, não suficientemente esclarecidas da motivação do crime, seriam uma dívida referente à compra e venda de drogas ou à transação envolvendo certo veículo.

Conforme alegação da Defensoria Pública, houve divergência entre a versão do policial que foi apresentada em juízo e a que consta no inquérito. Outra irregularidade foi a promessa da delação premiada feita pelo policial, benefício que não lhe legítima ofertar. A DPMG ainda apontou que os jurados foram levados ao erro de julgar contra a prova dos autos.

[Leia na íntegra e saiba mais sobre o caso](#)

MUNDO OFICIAL

Coordenadora local participa de solenidades do Corpo de Bombeiros Militar e do Proerd em Janaúba

Na segunda-feira (10/07), a coordenadora da Defensoria Pública de Minas Gerais em Janaúba, defensora pública Claudijane Gomes, participou da solenidade de entrega de materiais e equipamentos no 7º Pelotão do Corpo de Bombeiros Militar. Presentes, também, o comandante do

pelotão, 2º-tenente BM Jesué Ferreira de Aguiar; a vice-prefeita Maria Aparecida e o vereador Sargento Almir Dias, de Janaúba; o promotor de Justiça da comarca de Porteirinha, Renan Levenhagen Pelegrini; a prefeita de Nova Porteirinha, Regina Antônia; os prefeitos de Matias Cardoso, Maurelio Santos Pereira, e de Jaíba, Reginaldo Silva, além de diversas outras autoridades do Território da Serra Geral e do Norte de Minas.

Os materiais e equipamentos entregues serão empregados no atendimento de ocorrências de salvamento terrestre e combate a incêndio florestal nos 17 municípios que compõem a Serra Geral.

Formatura do Proerd – No mesmo dia (10/07), a defensora pública Claudijane Gomes, coordenadora local em Janaúba, compareceu à solenidade de Formatura do Programa Educacional de Resistência às Drogas (Proerd), que contou ainda com a presença da superintendente Regional de Ensino, Veracy de Souza Jácome; da vice-prefeita de Janaúba, Maria Aparecida; dos vereadores Sargento Almir Dias e Wiris (presidente da Câmara); do representante da Polícia Militar, capitão Figueira, além de diretoras das escolas de Janaúba, alunos e familiares.

O Proerd faz parte das ações do programa “Formação Cidadã”, da Secretaria Municipal de Educação, que tem como principal objetivo educar os alunos sobre os riscos do uso de drogas e a importância de se evitar a violência. O programa conta com o apoio do 51º Batalhão da Polícia Militar (BPM-Janaúba).



A defensora pública Claudijane Gomes na solenidade de entrega de materiais e equipamentos do CBMMG



Claudijane Gomes (primeira, à esq.) e outras autoridades na formatura do Proerd, em Janaúba

EM DESTAQUE

STF acolhe recurso da Defensoria Pública de Minas e ação coletiva que defende direitos de agentes penitenciários será julgada no mérito

O Supremo Tribunal Federal (STF) acolheu recurso extraordinário (RE 1.155.842) interposto pela Defensoria Pública de Minas Gerais (DPMG) e decidiu que a Instituição tem legitimidade para propor ação civil pública (ACP) que questiona pagamento de verbas a agentes penitenciários contratados temporariamente pelo Estado.

O RE foi interposto em razão da ACP (117552-04.2010.8.13.0024) ajuizada pela Defensoria Pública de Minas Gerais em 2010, cujo processo havia sido extinto sem resolução de mérito pelo Tribunal de Justiça de Minas Gerais (TJMG), por entender que a Instituição não possuía legitimidade ativa

para defender direitos individuais homogêneos.

Com a decisão do Supremo, a ACP da Defensoria Pública de Minas será julgada em seu mérito.

Conforme esclarece a defensora pública que está à frente do caso, Cleide Nepomuceno, “embora a legitimidade da Defensoria Pública para propor ação civil pública já tenha sido objeto de reconhecimento pelo Supremo na ADI 3.943 e no Tema 607, apenas agora, após 13 anos, a ação será apreciada e vai analisar os direitos dessas pessoas que trabalharam para o Estado e não receberam adicional de insalubridade, entre outras verbas trabalhistas”.

INSPIRANDO NOVAS ATITUDES

Defensora pública mineira participa de audiência para debater ações da campanha nacional “Despejo Zero”

A defensora pública Cleide Nepomuceno, que atua na Especializada em Direitos Humanos, Coletivos e Socioambientais da DPMG, participou na terça-feira (11/7) da audiência pública na Comissão de Direitos Humanos da Assembleia Legislativa de Minas Gerais (ALMG). O objetivo da reunião foi debater ações da campanha “Despejo Zero” no Estado, no âmbito das regras de transição estabelecidas pelo Supremo Tribunal Federal (STF) na Ação de Descumprimento de Preceito Fundamental nº 828.

Em um contexto de pandemia, o STF tomou a decisão de suspender o cumprimento das ordens de reintegração de posse, reconhecendo a importância de preservar o direito à moradia durante o período pandêmico. Com o término desse período, o STF determinou que os Tribunais criassem Comissões de Conflitos Fundiários, com o propósito de mediar os conflitos decorrentes dessas situações.

As Comissões de Conflitos Fundiários, cuja regulamentação foi estabelecida pelo Conselho Nacional de Justiça (CNJ), surgiram como uma estratégia para promover a mediação e encontrar soluções alternativas em casos de disputas fundiárias.

A campanha Despejo Zero – Com o lema ‘Em Defesa da Vida no Campo e na Cidade’, a campanha criada por movimentos e organizações sociais foi responsável por auxiliar dezenas de famílias pelo



A defensora pública Cleide Nepomuceno durante participação na audiência da Assembleia de Minas

FOTO: GUILHERME DARDANHAN/ALMG



Representantes de comunidades ameaçadas de despejo

país durante a pandemia de coronavírus. Lançada em junho de 2020, busca resolver a situação de insegurança pela qual passam as famílias mais vulneráveis e também as pessoas em situação de rua.



DEU NA MÍDIA

POPULAÇÃO EM SITUAÇÃO DE RUA

Defensora pública participa de debate sobre PL que autoriza PBH retirar objetos de moradores de rua

[Rádio Itatiaia: Palavra Aberta](#)

[Veja + destaques](#)

EM DESTAQUE

DPMG recomenda veto do Poder Executivo de Betim ao projeto de lei que proíbe a participação de crianças e adolescentes em eventos LGBTQIA+

Projeto de Lei nº 229/2023, apresentado por vereador, foi aprovado pela Câmara Municipal

A Defensoria Pública de Minas Gerais (DPMG) encaminhou recomendação à Prefeitura de Betim e à Procuradoria-Geral deste Município, para que seja vetado o Projeto de Lei nº 229/2023, apresentado pela própria Câmara Legislativa, proibindo a participação de crianças e adolescentes em eventos LGBTQIA+ – expressamente a Parada do Orgulho LGBTQIA+ – com aplicação de multa de até 10 mil reais por hora indevida de exposição deste público.

No documento, a Defensoria Pública recomenda, ainda, que o Município elabore política pública de conscientização e promoção da cidadania que preze pelo respeito à pluralidade, às diferenças e voltada à erradicação de todas as formas de discriminação, inclusive quanto às questões de diversidade, identidade de gênero e orientação sexual.

A recomendação foi encaminhada por meio das Coordenadorias Estratégicas em Tutela Coletiva e de Defesa e Promoção dos Direitos das

Crianças e Adolescentes da DPMG. O documento foi enviado na quinta-feira, 13 de julho, logo após a Câmara Municipal de Betim aprovar, em primeiro turno, o projeto de lei. O objetivo é estabelecer o diálogo com a Prefeitura de Betim a fim de promover a orientação jurídica quanto aos graves vícios de inconstitucionalidade formal e material presentes na proposta.

[Leia na íntegra](#)

DEU NA MÍDIA

Defensoria Pública recomenda que Prefeitura de Betim vete projeto de lei que proíbe participação de crianças em eventos LGBTQIA+

[g1 Minas Gerais](#)

[Agenda Betim](#)

Defensoria Pública de Minas Gerais participa da 24ª Parada do Orgulho LGBTQIAPN+ de Belo Horizonte

Representando a Defensoria Pública de Minas Gerais (DPMG), as defensoras públicas Samantha Vilarinho, coordenadora Estadual de Promoção e Defesa dos Direitos das Mulheres (Cedem), e Mariana Carvalho de Paula de Lima, assessora de Administração Estratégica e Inovação, e o defensor público Vladimir Rodrigues, em atuação na Defensoria Especializada em Direitos Humanos, Coletivos e Socioambientais, participaram da 24ª Parada do Orgulho LGBTQIAPN+ realizada no domingo (9/7), na Praça da Estação, em Belo Horizonte.

Também participaram os servidores da DPMG, Alfredo Junior, da Escola Superior da Defensoria Pública (ESDEP), e Carla Araújo, do Centro de Conciliação e Mediação.

As defensoras públicas e o defensor público prestaram orientações jurídicas no estande montado para atendimento ao público, esclarecendo dúvidas sobre direitos civis, criminais, dentre outras atribuições de competência da Instituição. Também falaram sobre os serviços prestados pela Defensoria Pública ao público LGBTQIAPN+.

Houve ainda distribuição de cartilhas da DPMG.

Com a temática “Democracia: liberdade e direitos para todes”, o evento buscou levar ao público a reflexão sobre a importância da liberdade e dos direitos assegurados para todas as pessoas, independentemente de gênero e de orientação sexual.

A retificação de nome e de gênero no registro civil é hoje a principal demanda do público LGBTQIAPN+, mas a Defensoria Pública tem preocupação com outras questões, como saúde e educação em direitos. Desta forma, a DPMG procura manter o diálogo com outras instituições para iniciativas de conscientização e garantia de direitos para a comunidade LGBTQIAPN+.

ACONTECE NA DPMG

Mutirões de retificação de nome e gênero de pessoas não-binárias e de pessoas transexuais de travestis em BH

Inscrições vão até 30 de novembro

1º Mutirão para Retificação de Nome e Gênero de Pessoas Não-Binárias

Orientações jurídicas e atendimentos necessários para retificação de nome e gênero

[SAIBA MAIS](#)

3º Mutirão para Retificação de Nome e Gênero de Pessoas Transexuais e Travestis

[SAIBA MAIS](#)



Equipe da Defensoria mineira na parada

ACONTECE NA DPMG

Inscrições para Casamento Comunitário

Clique nas imagens para mais informações e ver os documentos necessários para se inscrever



Nova Lima – inscrições até 31 de julho



Cataguases (Zona da Mata) – até 10 de agosto

Campanha do Agasalho: saiba como doar

Doações podem ser feitas em um das três unidades da DPMG em Belo Horizonte até 31 de julho



PUBLICAÇÕES

Portal Conjur publica artigo de defensora pública sobre o papel da Defensoria Pública no enfrentamento à aporofobia no sistema penal

O portal Consultor Jurídico (ConJur) publicou na terça-feira (11/7), o artigo “Sistema penal como reprodutor da desigualdade: luta contra aporofobia”, de autoria da defensora pública estadual Renata Martins de Souza, coordenadora local da unidade da Defensoria Pública de Minas Gerais em João Monlevade.

A partir de um caso ocorrido em 2017, em que uma mãe solo de três crianças subtraiu quatro fraldas de uma rede de supermerca-

dos e foi condenada a um ano e dois meses de prisão em regime semiaberto, a defensora pública questiona as abordagens tomadas pela legislação penal ao punir pessoas em condição de vulnerabilidade econômica, e ressalta a essencialidade da Defensoria Pública e do Ministério Público para evitar ocorrências de aporofobia dentro da esfera legal.

[Para ler o artigo, clique aqui.](#)

Acompanhe as novidades da Defensoria Pública de Minas Gerais



@defensoriamineira



@defensoriamg



c/defensoriamineira



www.defensoria.mg.def.br

IMPORTANTE ➔ **Faça seu login no Gerais antes de clicar nos links!**

Defensora Pública de Minas Gerais fala sobre avanços e retrocessos na defesa da criança em live da Defensoria do Amazonas

Na quinta-feira (13/7), a coordenadora de Estratégia de Promoção e Defesa dos Direitos das Crianças e Adolescentes (CEDEDICA/DPMG), defensora pública de Minas Gerais, Daniele Bellettato Nesrala, participou de live promovida pela Escola Superior da Defensoria Pública do Amazonas e fez uma análise sobre os avanços e retrocessos na defesa da criança pela Defensoria Pública.

Entre outros pontos, Daniele Bellettato fez considerações práticas sobre a atuação da Defensoria Pública

e o desafio da instituição de assumir cada vez mais seu papel de prestar informação para a criança e para o adolescente e de garantir a eles o direito de informação e participação, inclusive nos processos judiciais.

Também participou da live o defensor público Peter Gabriel Molinari, membro do Núcleo Especializado da Infância e Juventude da Defensoria Pública de São Paulo e do Instituto Brasileiro de Direitos da Criança e do Adolescente (IBDCria).

[Clique para assistir a live](#)

DEFENSORIA-GERAL

Criação do Comitê Gestor da Segurança da Informação na DPMG

Comitê será responsável pelo aprimoramento e atualização da Política de Segurança da Informação da Defensoria Pública de Minas Gerais, adequando-a à Lei Geral de Proteção de Dados, a partir da elaboração de diretrizes e definição de objetivos, deveres e responsabilidades concernentes à Política de Segurança da Informação e pela sua respectiva gestão. Documento também revoga a Resolução DPG nº 617/2022.

Resolução nº 1869/2023 (DODP 13/07/2023)

Criação da comissão para estudo e elaboração de proposta de protocolo de atuação em matéria de execução penal

De acordo com resolução publicada no sábado (15/07), os trabalhos serão realizados de acordo com o cronograma pré-estabelecido, iniciando na segunda-feira (17/07) com previsão de término em 15/12/2023. A criação do protocolo de atuação está prevista no II Planejamento Estratégico.

Resolução nº 1876/2023 (DODP 15/07/2023)

Abertura de consultas para cooperação

>> *Inscrições por e-mail, direcionados para cooperacao@defensoria.mg.def.br :*

- **Belo Horizonte / Desits-Direito Público** – acumulação compartilhada na Defensoria Especializada de Segunda Instância e Tribunais Superiores – Direito Público no período de 8 de agosto de 2023 a 7 de fevereiro de 2024, podendo ser prorrogado ou antecipado. Inscrição até as 12h do dia 2 de agosto de 2023, nos termos do art. 7º, da Del. 190/2021.

Resolução nº 1870/2023 (DODP 13/07/2023)

- **Belo Horizonte / NEEP** – acumulação compartilhada no Núcleo Estratégico de Execução Penal no período de 25 de julho de 2023 a 24 de janeiro de 2024, podendo ser prorrogado, interrompido ou antecipado. Inscrição até as 12 horas do dia 20 de julho de 2023.

Resolução nº 1871/2023 (DODP 14/07/2023)

- **Uberlândia / Cível, Juizados Especiais, Violência Doméstica, Nudem, 5ª Defensoria das Famílias, 3ª Criminal** – acumulações compartilhadas no período de 27 de julho de 2023 a 27 de janeiro de 2024, podendo ser prorrogado, interrompido ou antecipado. Inscrição até as 12 horas do dia 19 de julho de 2023.

Resolução nº 1863/2023 (DODP 11/07/2023)

>> *Inscrições por e-mail, direcionados para projetos@defensoria.mg.def.br :*

- **Itanhandu e Virgínia / Projeto MP Itinerante** – atendimento itinerante, na forma de acumulação por ato específico, nos dias 25 e 26 de julho de 2023 em Itanhandu e Virgínia, respectivamente. Inscrição até as 13 horas dia 19 de julho de 2023.

Resolução nº 1867/2023 (DODP 13/07/2023)

Consulte essas e outras resoluções no portal: Diário Oficial >> [acesse aqui](#)

ESCOLA SUPERIOR

Nova capacitação em agosto para utilização do SEI

A Defensoria Pública de Minas Gerais, por meio da Esdep, vai promover mais um treinamento a distância para utilização do Sistema Eletrônico de Informações (SEI) **nos dias 21 a 23 de agosto de 2023**. A capacitação é voltada para defensoras, defensores públicos, servidores, servidoras, colaboradores e colaboradoras da Instituição inscritos na turma 8. A capacitação será oferecida também em novembro (turma 9), nos dias 20 a 22. São 100 vagas em cada, com carga horária de três horas, sendo 1 hora/dia.

O objetivo é que, ao final da capacitação, os participantes sejam capazes de conhecer o SEI, identificar e examinar os procedimentos do sistema, tramitar os documentos eletronicamente e empreender maior celeridade na tramitação de documentos da Administração e da Unidade. A proposta pedagógica combina teoria, ambiente de teste do SEI e atividades.

O curso será disponibilizado em ambiente virtual de aprendizagem, com a orientação das administradoras do SEI. Haverá emissão de certificado.

Para o acompanhamento do curso é necessário que o participante conheça previamente algumas condições importantes e se comprometa a cumpri-las: ter disponibilidade para participar do curso no período mencionado e ler todo o conteúdo do curso. O ambiente de teste do SEI somente é acessível dentro das dependências da DPMG.

Inscrições no site da Esdep: <https://escolasuperior.defensoria.mg.def.br/>

>> *continua*

IMPORTANTE ➔ Faça seu login no Gerais antes de clicar nos links!

Resultado de sorteio para participação no Seminário Internacional Memória e Perspectivas de Luta contra a Violência Institucional Carcerária

Os contemplados são: Pedro Henrique Fernandes Antunes e Bruno Fiorin Hernig. Suplente: Hernane Marques dos Reis.

O seminário acontecerá nos dias 21 e 22/08/2023, na Universidade Federal de Pelotas/RS.

Resultado do sorteio para o 29º Seminário do IBCCRIM

Contemplados para participação online – 1º Suzy Kerlley de Lara Lima; 2º Ricardo de Araújo Teixeira; 3º Jaqueson Antonio da Silva; 4º Maria Valéria Valle da Silveira; 5º Gláucia Souza Freitas. Suplentes – participação online: 1º Carlos Henrique Pereira Alcantara; 2º Isabela Salomão Silva

Contemplados para participação presencial – 1º Paulo Moreira Ventura; 2º Aloisio Costa Siqueira; 3º Vanessa Moreira de Oliveira Rodrigues Alves; 4º João Victor Santos Muruci; 5º Luciana Bravo Guerrero. Suplentes – participação presencial: 1º Bruno Fiorin Hernig; 2º Francis Junio de Oliveira.

O 29º Seminário Internacional de Ciências Criminais acontecerá entre os dias 23 a 25/8, em São Paulo/SP.

CÂMARAS DE ESTUDOS

Nota jurídica da Câmara de Execução Penal

A Câmara de Estudos de Execução Penal divulga a nota jurídica 'Modulação de efeitos no termo inicial da prescrição da pretensão executória'.

[Clique para ler.](#)

7ª edição do Boletim 'Nota Jurídica'

A Câmara de Estudos Institucionais e Estudos de Controle de Constitucionalidade e Convencionalidade lançou a 7ª edição do Boletim 'Nota Jurídica'.

[Clique para ler.](#)

Boletim nº 24 da Câmara de Tutela das Famílias

[Clique aqui para ler](#)



NOTA DE PESAR

A Defensoria Pública de Minas Gerais comunica com pesar o falecimento do **sr. Cristóvão Estevan Panconi, pai do defensor público Felipe Panconi**, em atuação em Barbacena. O velório aconteceu no domingo (16/07), em Juiz de Fora. Aos familiares e amigos, nossas condolências e solidariedade.